



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 3ª REGIÃO MILITAR
(Gov Das Armas Prov do RS/1821)
REGIÃO DOM DIOGO DE SOUZA

Estudo Técnico Preliminar Nr 013-Aprov/Div Adm

1. Informações básicas

Número do processo: 64292.003268/2026-95

Assunto: CONTRATAÇÃO - UG 160392 – CMDO 3ª RM – APROVISIONAMENTO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS URBANAS

2. Descrição da necessidade

2.1. Contextualização geral

2.1.1. Exército Brasileiro

O Exército Brasileiro (EB) é uma das 03 (três) Forças Armadas do Brasil, e que possui como missão contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, o EB deve preparar a Força Terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão.

Para fins de hierarquia e organização institucional, o EB está estruturado em Comandos Militares de Área, os quais são grandes comandos responsáveis pelo preparo, pelo planejamento de emprego e pelo emprego operacional da Força Terrestre, articulada na área estratégica sob sua jurisdição, conforme Decreto nº 3.213, de 19 de outubro de 1999. Por sua vez, os Comandos Militares de Área são estruturados em Regiões Militares, as quais são grandes comandos territoriais envolvendo uma ou mais Unidades Federativas, constituídos de um comando e de organizações militares de natureza variável.

2.1.2. Organização Militar

A Base de Administração e Apoio da 3ª Região Militar (Ba Adm Ap/3ª RM) é uma Organização Militar (OM) localizada na Rua Sete de Setembro, 310 - Centro Histórico, Porto Alegre – RS, e é diretamente subordinada à 3ª Região Militar (3ª RM).

A B Adm Ap/3ª RM possui como suas atribuições o apoio em transporte de pessoal e material, o apoio em assistência de saúde, e apoio com a alimentação à 3ª RM.

2.1.3. Área Requisitante

O rancho é o setor responsável pelo preparo, armazenamento e distribuição das refeições para os integrantes da OM, garantindo a alimentação adequada e balanceada, indispensável para o bem-estar e o desempenho das atividades diárias. Sua importância está em assegurar que todos os militares estejam nutridos, promovendo a saúde, a disposição física e a moral da tropa. Além disso, uma boa gestão do rancho contribui para a organização, o controle de suprimentos alimentares e a eficiência nos processos logísticos, refletindo diretamente na operacionalidade e na harmonia da unidade militar.

2.2. Necessidade da Contratação

2.2.1 Situação

A necessidade de contratação de serviços especializados em Controle Integrado de Pragas Urbanas e Vetores é fundamental para garantir a manutenção das condições higiênico-sanitárias e a salubridade dos ambientes administrativos e operacionais. A presença de pragas e vetores (como roedores, insetos e aracnídeos) representa um risco direto à saúde dos militares e servidores, além de comprometer a integridade de materiais, equipamentos e da própria infraestrutura predial da instituição.

2.2.2 Necessidade

Assim, a contratação tem por objetivo estabelecer um cronograma preventivo e corretivo de desinsetização, desratização e descupinização, atendendo de forma contínua às normas de vigilância sanitária ao longo do exercício. A execução desses serviços garantirá um ambiente de trabalho seguro e livre de agentes transmissores de doenças, contribuindo diretamente para a eficiência do serviço e o bem-estar dos integrantes da tropa. A necessidade é pautada no interesse público, uma vez que a prevenção de infestações é medida indispensável para a proteção do patrimônio público e para a manutenção dos padrões de saúde ocupacional exigidos por lei.

3. Área requisitante

Identificação da área requisitante	Responsável
Setor de provisionamento	Equipe de Planejamento da Contratação

4. Descrição dos requisitos da contratação

4.1. Classificação quanto à heterogeneidade e complexidade

Os itens do presente processo são considerados serviços comuns, pois envolvem atividades de manutenção rotineira com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, sendo possível a elaboração de especificações usuais no mercado. Não se trata de serviços de engenharia, mas sim de serviços operacionais e técnicos de baixa complexidade.

4.2. Classificação quanto do modelo de execução continuada ou não continuada

Os itens do presente processo são considerados de natureza contínua, tendo em vista que as prestações de serviços são necessárias de forma permanente para assegurar a regularidade e controle dos vetores presentes no setor, com caráter recorrente e prolongado.

4.3. Prazo de vigência inicial do contrato

O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) meses contados do aceite da Nota de Empenho, ou do instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021:

Etapas	Prazo estabelecido
Prazo de entrega/fornecimento	05 (cinco) dias úteis
Prazo de prorrogação de entrega/fornecimento	05 (cinco) dias úteis
Prazo de substituição/reparo	05 (cinco) dias úteis
Prazo de recebimento provisório	01 (um) dia útil
Prazo de prorrogação de recebimento provisório	01 (um) dia útil
Prazo de recebimento definitivo	05 (cinco) dias úteis
Prazo de prorrogação de recebimento definitivo	05 (cinco) dias úteis
Prazo de liquidação	10 (dez) dias úteis
Prazo de prorrogação da liquidação	10 (dez) dias úteis
Prazo de pagamento	10 (dez) dias úteis
Total de todos os prazos estabelecidos	57 (cinquenta e sete) dias úteis

O contrato do presente processo terá duração de 12 (doze) meses, tendo em vista tratar-se de aquisição não contínua de bens permanentes. Esse período é considerado suficiente para execução do fornecimento, recebimento provisório e definitivo, bem como prazos de substituição, reparo e eventuais prorrogações de entrega, de acordo com a legislação aplicável.

4.4. Sustentabilidade

4.4.1. Levantamento de critérios de sustentabilidade

Os itens do presente processo **estão sujeitos** a critérios de sustentabilidade, pois foram encontrados critérios após consulta no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e requisitos técnicos previstos em Leis, Decretos, Instruções Normativas, Resoluções, Portarias e normas da ANVISA, do INMETRO, do Ibama, do CONAMA, do painel de legislação ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Ordem	Critério de Sustentabilidade Encontrado	Fonte
01	<ul style="list-style-type: none">• A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.• A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.• A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada.• Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfetantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa.• A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.• A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.• Nenhum saneante domissanitário, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes registrado no Ministério da Saúde/ANVISA.	Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, 7ª Edição

	<ul style="list-style-type: none"> • No que se refere à logística reversa: <ul style="list-style-type: none"> a) a empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte. b) o destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfetantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/ importador. c) a empresa especializada fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente. c.1) caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da empresa especializada que deve guardar os comprovantes da referida destinação. c.2) o estabelecimento que as receber deve fornecer à empresa especializada documento comprobatório de recebimento das embalagens. <ul style="list-style-type: none"> • A empresa especializada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfetantes antes de sua devolução aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados. • As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfetantes devem ser submetidas à tríple lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente. • As embalagens vazias de produtos que não apresentam solubilidade em água não devem passar por tríple lavagem, devendo a empresa especializada seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes. • A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as informações exigidas no art. 20 da RDC ANVISA nº 52, de 2009. • Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental 	
--	--	--

4.5. Catálogo eletrônico de padronização

Os itens do presente processo **não seguem um catálogo eletrônico de padronização**, pois ainda não estão previstos após consulta no endereço: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>.

4.6. Padronização e indicação de marcas ou modelos

Os itens do presente processo **não estão** sujeitos à indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), porque podem ser aceitos diversos modelos ou marcas disponíveis no mercado, pois não há necessidade de padronização nem problemas de compatibilidades; em decorrência da necessidade de padronização do objeto.

4.7. Vedação de marcas ou modelos

Os itens do presente processo **não estão** sujeitos à vedação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), pois não foram identificadas marcas/modelos que não possam atender à necessidade de contratação. A especificação foi elaborada com base em critérios técnicos e funcionais, visando garantir ampla competitividade e atendimento ao interesse público.

4.8. Necessidade de amostras, prova de conceito, protótipo ou testes

Os itens do presente processo **não necessitam** de prova de conceito, amostra, protótipo, testes nem outras formas de avaliação de conformidade do objeto aos licitantes provisoriamente em primeiro lugar, pois não se tratam de itens de alta complexidade e que podem trazer riscos à administração, e suas características são bem conhecidas no mercado.

4.9. Carta de solidariedade

Os itens do presente processo **não necessitam** de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, pois tratam-se de serviços operacionais que não envolvem fornecimento de equipamentos com vínculo direto ao fabricante, sendo executados por empresas especializadas com autonomia técnica.

4.10. Subcontratação

O presente processo **permite** a subcontratação, caso necessário, pois se trata de fornecimento de materiais com a necessidade de serviços acessórios. Assim, levando em consideração a natureza do objeto, considera-se possível subcontratar parcialmente o objeto, para permitir que a empresa contratada esteja 100% focada na execução principal do contrato, o fornecimento dos materiais. O que possibilita, portanto, maior efetividade na execução contratual e ampliação de competitividade nas licitações. Isso garante que o produto ou serviço vai ser entregue na maior qualidade possível para o órgão, já que todas as partes envolvidas fazem aquilo que são especialistas.

4.11. Garantia de execução

O presente processo **exige** garantia de execução, porque se trata de material de alta complexidade, do qual o órgão precisa ter segurança de que as suas necessidades serão atendidas.

4.12. Garantia de manutenção e/ou assistência técnica

O presente processo exige garantia de manutenção e/ou assistência técnica além daquela estabelecida na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), porque se trata de material de alta complexidade, do qual o órgão precisa ter segurança de que as suas necessidades serão atendidas.

4.13. Vistoria prévia

O presente processo **necessita de vistoria prévia** do local de execução porque se trata unicamente da prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas, sendo necessário avaliar condições e peculiaridades do local a ser executado.

4.14. Instalação de escritório

O presente processo **não necessita** de instalação de escritório por parte da contratada em local próximo à execução porque se trata unicamente da prestação de materiais/serviços, não sendo necessárias gestões da contratada na execução.

4.15. Transição contratual

O presente processo **não exige** transição contratual, porque os itens do presente processo não são considerados de natureza contínua, não havendo transição contratual entre duas contratadas.

4.16. Considerações acerca da forma e critérios de seleção do fornecedor e regime de execução

4.16.1. Critério de julgamento

No presente processo o critério de julgamento será a forma **menor preço**, pois os itens são amplamente disponíveis no mercado, permitindo a comparação objetiva entre propostas e garantindo a economicidade da contratação.

4.16.2. Regime de execução

No presente processo, adota-se o regime de execução por **empreitada por preço global**, considerando que o objeto compreende tanto o fornecimento de insumos quanto a execução direta e contínua dos serviços de controle integrado de pragas. Além disso, a definição de valor global favorece a previsibilidade orçamentária, simplifica o procedimento de medição e pagamento e assegura maior eficiência na gestão contratual, uma vez que o escopo do serviço encontra-se previamente delimitado e mensurável.

4.17. Considerações acerca dos critérios de habilitação das licitantes

4.17.1. Exigência e/ou Dispensa de habilitação econômico-financeira das licitantes

O presente processo **pode dispensar** totalmente as condições de qualificação econômico-financeira, pois o presente processo se enquadra nas condições de contratações para entrega imediata, para fim de não prejudicar a competitividade da licitação e ofender a o disposto no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal. Tendo em vista que não foram encontrados motivos para se exigir demasiadamente qualificações para atender à necessidade do órgão.

4.17.2. Exigência e/ou Dispensa de habilitação técnica das licitantes

O presente processo estabelece a exigência integral das condições de qualificação técnica, uma vez que a natureza do objeto demanda comprovação de aptidão operacional para garantir a execução contratual. Tal medida visa assegurar que a contratada possua expertise compatível com as necessidades do órgão, não configurando restrição à competitividade, mas sim o estrito cumprimento do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, que autoriza exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Considerações acerca do Sistema de Registro de Preços

4.17.3. Enquadramento como Sistema de Registro de Preços

O presente processo **se enquadra** como Sistema de Registro de Preços, conforme previsto no art. 3º, § 1º, inciso II do Decreto nº 11.462, de 13 de março de 2023, tendo em vista que o objeto da contratação possui características que demandam contratações frequentes, periódicas ou de natureza continuada, sem a necessidade de consumo imediato.

4.17.4. Intenção de Registro de Preços (IRP)

O presente processo **não necessita** de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), pois trata-se de contratação voltada exclusivamente às demandas internas deste órgão, cuja execução requer controle direto, supervisão contínua e fiscalização específica, inviabilizando a participação de outros órgãos.

4.17.5. Adesão tardia à Ata de Registro de Preços na Condição de Unidade Gestora Não Participante (UGNP)

O presente processo **permitirá adesão tardia por UGNP (carona)**, pois o presente processo pode contribuir para outros órgãos reduzam custos processuais e agilizem o atendimento às suas necessidades, desde que justificado e comprovado nos autos do processo, não gerando encargos adicionais para este órgão gerenciador.

4.17.6. Prorrogação de vigência da Ata de Registro de Preços

O presente processo permite a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, conforme previsto no art. 22 do Decreto nº 11.462/2023, tendo em vista que o objeto contratado possui características de uso continuado, com demanda recorrente e planejamento de consumo estendido ao longo do exercício.

4.18. Considerações acerca da participação como licitante

4.18.1. Participação de Pessoa Física como licitante

O presente processo **permite** a participação de Pessoa Física como licitante, pois levando em consideração a natureza do objeto e sua simplicidade, considera-se possível que uma pessoa física consiga realizar as tarefas deste processo e atender à necessidade da contratação. A presente contratação não necessita exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física

4.18.2. Participação de Consórcio como licitante

O presente processo **permite** a participação de consórcio como licitante, pois levando em consideração a natureza do objeto e sua simplicidade, considera-se possível que um consórcio consiga realizar as tarefas deste processo e atender à necessidade da contratação.

4.18.3. Participação de Cooperativa como licitante

O presente processo **permite** a participação de cooperativa como licitante, considerando que o objeto contratual possui natureza simples e operacional, compatível com a atuação de sociedades cooperativas, conforme previsto no art. 34 da Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 12.690/2012.

5. Levantamento de mercado

5.1. Cenários

5.1.1. Cenário Nr 01: Órgão reutilizar bem/redimensionar serviço utilizando seus próprios meios e/ou recursos humanos para atender à necessidade da contratação do presente processo;

5.1.2. Cenário Nr 02: Órgão solicitar os materiais/serviços a outros entes, de forma a não necessitar dispêndio de recursos públicos para atender à necessidade da contratação do presente processo;

5.1.3. Cenário Nr 03: Órgão adquirir os materiais/serviços mediante contratação de empresas especializadas para atender à necessidade da contratação do presente processo.

5.2. Análise e comparação de cenários

5.2.1. Cenário Nr 01: não há possibilidade de reutilizar bem/redimensionar serviço já existente, tendo em vista que o órgão não dispõe de recursos materiais em seu patrimônio / recursos humanos capacitados para atender este tipo de necessidade.

5.2.2. Cenário Nr 02: não há possibilidade de aquisição destes itens por meios provenientes de desfazimentos, conforme Decreto nº 9.373, de 2018 e Lei nº 12.305, de 2010, tendo em vista que não foram encontrados itens disponíveis por meio de desfazimentos, doações na região, nem pelo portal <https://reuse.gov.br>, bem como não foram encontrados entes que pudessem fornecer os materiais/prestar os serviços de forma a não necessitar dispêndio de recursos públicos.

5.2.3. Cenário Nr 03: há empresas disponíveis no mercado que poderiam ser contratadas para atender às demandas.

5.3. Cenário que atenderá à contratação

Assim, pode-se verificar que o único cenário viável para atender à necessidade da contratação do presente processo foi o cenário Nr 03, tendo em vista que os demais cenários são inviáveis.

5.4. Soluções para o cenário

5.4.1. Solução Nr 01: O órgão entrar como Unidade Gestora Participante em Intenções de Registro de Preços (IRPs) vigentes. Assim, após pesquisa, esta equipe não encontrou IRPs em andamento que atendessem às necessidades e características do objeto. As seguintes IRPs foram encontradas:

IRPs encontradas e UASG	Órgão
-	-

5.4.2. Solução Nr 02: O órgão entrar como Unidade Gestora Não Participante por meio de Adesão a Atas de Registro de Preços (ARPs) Vigentes. Assim, após pesquisa, esta equipe não encontrou ARPs vigentes que atendessem às necessidades e características do objeto. As seguintes ARPs foram encontradas:

ARPs encontradas e UASG	Órgão
-	-

5.4.2.1. Esta equipe entrou em contato com o fornecedor conforme abaixo:

Fornecedor	ARP	Item	Solicitação	Resposta
-	-	-	-	-

Solução Nr 03: O órgão realizar o próprio processo como Unidade Gestora Gerenciadora. Assim, tendo em vista os argumentos apresentados, restou esta a única opção viável.

5.5. Situação do mercado

Após considerar diferentes fontes, inclusive contratações similares feitas por outros órgãos, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades do órgão, não foram encontradas inovações no segmento do serviço e/ou bem pretendido.

5.6. Restrições do mercado

Após o levantamento de mercado a quantidade de fornecedores não foi considerada restrita, não havendo necessidade de os requisitos que limitam a participação serem flexibilizados, podendo a necessidade ser atendida com ampla concorrência de mercado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Elementos a se produzir / contratar / executar

Abordagem do Ciclo de Vida do Serviço		
Etapas do ciclo de vida	Macroatividades	Considerações
Planejamento	Seleção e capacitação da equipe	A equipe responsável deverá possuir capacitação técnica específica em controle de pragas urbanas, com comprovação de treinamento, uso seguro de produtos químicos e atendimento às normas da ANVISA e legislação ambiental. Os aplicadores deverão utilizar EPIs adequados e possuir registro ou qualificação exigida pelos órgãos competentes.
	Compra de insumos/produtos e contratação de serviços	Os produtos utilizados deverão estar devidamente registrados na ANVISA, dentro do prazo de validade, com fichas de informações de segurança (FISPQ). Os equipamentos de aplicação (pulverizadores, atomizadores, iscas, porta-iscas, termonebulizadores etc.) deverão estar em perfeitas condições de uso e calibrados.
	Estoque de insumos/produtos	Os produtos químicos deverão ser armazenados e transportados conforme normas de segurança, em embalagens originais, com controle de estoque, evitando vazamentos, contaminações e riscos ambientais.
Preparação	Visita ao local de execução	Será realizada inspeção técnica nas instalações para identificação do nível de infestação, espécies predominantes (insetos rasteiros, voadores, roedores, cupins), pontos críticos e definição da metodologia de aplicação mais adequada.
	Planejamento das atividades de prestação do serviço	Definição das áreas internas e externas a serem tratadas, tipos de produtos a serem utilizados (líquido, gel, pó, isca), periodicidade das aplicações e medidas preventivas complementares, minimizando riscos a pessoas, animais e ao meio ambiente.
Execução	Prestação do serviço	A execução dos serviços deverá seguir o plano de trabalho aprovado, utilizando técnicas apropriadas para cada espécie de praga e observando rigorosamente as dosagens recomendadas pelos fabricantes, bem como as normas de segurança vigentes. Quando aplicável, deverão ser instalados dispositivos porta-iscas, devidamente identificados e mapeados. A contratada deverá manter os dispositivos no local, realizando o abastecimento mensal obrigatório na mesma data da execução dos serviços de dedetização.
Finalização	Avaliação da qualidade do serviço	A contratada deverá emitir relatório técnico contendo produtos utilizados, princípio ativo, quantidade aplicada, locais tratados, recomendações preventivas e registro fotográfico (quando aplicável). A efetividade será verificada por meio da redução ou eliminação da infestação.
	Tratamento de resíduos gerados na prestação do serviço	As embalagens vazias e resíduos químicos deverão receber destinação ambientalmente adequada, conforme legislação vigente, sendo vedado descarte em lixo comum ou rede de esgoto.

7. Estimativa das quantidades a serem contratadas

Item	Especificação	Quantidade total	Unidade de fornecimento	Requisição	Justificativas
01	3417 - Serviço de desinsetização, desratização e descupinização. Contratação de empresa para execução direta de serviços de dedetização geral (desinsetização, desratização e descupinização) e barreira interna contra diversos tipos de insetos rasteiros e roedores (baratas, formigas, traças, pulgas, percevejos, carrapatos, aranhas, cupins, escorpiões, moscas e mosquitos, inclusive ratos e lagartixas). Deverá ser usado produto eficaz e sem odor, inofensivo a seres humanos. O objeto exige serviços técnicos qualificados, que utilizem tecnologia de proteção segura sem agressão ao meio ambiente e aos imóveis como um todo.	20.400	M²	Mínima 10 Máxima 1.700	Item 7.1

7.1. Justificativa das quantidades:

7.1.1. A definição do quantitativo baseia-se na área total do Setor de Aproveitamento, que perfaz 1.700 m². Tal metragem compreende a totalidade das instalações que necessitam de intervenção sanitária para controle de pragas e vetores. A Equipe de Planejamento considerou a metragem integral do setor para garantir a cobertura completa do

perímetro, assegurando a eficácia do serviço e a proteção das áreas de armazenamento e manipulação.

7.1.2. A exigência mínima de 10 m² foi estabelecida com base na necessidade de assegurar o atendimento imediato e essencial de demandas pontuais ou emergenciais do órgão. Esse patamar mínimo garante a prontidão operacional da contratada para intervenções em áreas críticas reduzidas logo no início do planejamento, enquanto o limite máximo 1.700 M² resguarda a capacidade de cobrir a metragem total do setor conforme o cronograma de manutenção sanitária.

7. Estimativa do valor da contratação

A estimativa pormenorizada do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, constam no documento denominado “**Relatório da Pesquisa de Preços**” e “**Mapa Comparativo de Preços**” e “**Planilha de Custos e Formação de Preços**” sob o mesmo número de processo. Com base na pesquisa realizada por esta equipe, verificou-se o valor estimado da referida contratação, a fim de levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção.

8. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

Os itens do presente processo **podem** ser parcelados, pois não há motivações para a não adoção do parcelamento do objeto, uma vez que cada item pode ser fornecido por um fornecedor de forma independente e autônoma dos demais, além de ser técnica e economicamente viável, de não haver perda de escala, e que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes

9.1. Contratações correlatas

O presente processo **não está correlacionado** com nenhum outro processo, a fim de determinar a sequência em que as contratações serão realizadas.

9.2. Contratações interdependentes

O presente processo **não está dependente** de nenhum outro processo, a fim de determinar a sequência em que as contratações serão realizadas.

10. Alinhamento entre a contratação e o planejamento

10.1. Plano Estratégico Organizacional (PEO)

O presente processo está alinhado com os seguintes Objetivos Estratégicos (OE) do órgão:

OE 01 – Prover Apoio Logístico de Suprimento, Transporte e Manutenção às Operações na Área de Atuação da 3ª RM

10.2. Plano de Contratação Anual (PCA)

O presente processo está registrado no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações:

ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000384/2026

Data de publicação no PNCP: 11 Junho 25

ID do item no PCA: 1

Classe/Grupo: 943 - SERVIÇOS DE SANEAMENTO E SERVIÇOS SIMILARES

Identificador da Futura Contratação: 160392-23/2026

11.3. Plano de Logística Sustentável (PLS)

O presente processo está alinhado com o PLS do órgão:

Diretriz Estratégica 01 – Racionalização e Consumo Consciente

12. Benefícios e resultados a serem alcançados com a contratação

12.1. O presente processo visa aos seguintes resultados em termos de economicidade:

O presente processo visa alcançar maior economicidade por meio da seleção da proposta mais vantajosa, com preços compatíveis com o mercado e condições que assegurem o melhor custo-benefício. A contratação busca evitar gastos desnecessários, reduzir desperdícios e otimizar os recursos públicos disponíveis.

12.2. O presente processo visa aos seguintes resultados em termos de eficácia e eficiência:

Espera-se que a contratação proporcione maior eficácia na entrega dos resultados pretendidos e maior eficiência na execução das atividades, com cumprimento de prazos, qualidade técnica e redução de retrabalho. A escolha do fornecedor ou prestador adequado contribui diretamente para o desempenho institucional.

12.3. O presente processo visa aos seguintes resultados em termos de melhor aproveitamento de recursos humanos:

A contratação permitirá que os servidores concentrem esforços em atividades estratégicas, reduzindo a sobrecarga operacional e aumentando a produtividade. Ao delegar tarefas específicas a terceiros, o órgão otimiza o uso da força de trabalho interna.

12.4. O presente processo visa aos seguintes resultados em termos de melhor aproveitamento de recursos materiais:

Com a padronização e o fornecimento adequado dos materiais, espera-se melhor aproveitamento dos recursos já existentes, evitando duplicidade de itens, perdas por obsolescência ou inadequação, e promovendo maior controle

patrimonial.

12.5. O presente processo visa aos seguintes resultados em termos de melhor aproveitamento de recursos financeiros:

A contratação planejada e fundamentada contribui para o uso racional dos recursos financeiros, respeitando os limites orçamentários e promovendo maior previsibilidade nos gastos. A gestão eficiente da despesa pública é fortalecida com contratações bem estruturadas.

12.6. Instrumento de Medição de Resultados (IMR):

O presente processo **empregará** o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), tendo em vista que o objeto da contratação possui natureza padronizada, de execução simples e mensuração direta, não exigindo acompanhamento por indicadores específicos.

13. Providências a serem adotadas

13.3. Recursos humanos para implantação da solução

O presente processo **não demanda** a contratação de novos recursos humanos por parte da Administração para viabilizar a implantação da solução, tendo em vista que os serviços de desinsetização, desratização e descupinização serão executados integralmente por equipe técnica da empresa contratada.

A Administração deverá apenas designar formalmente servidor(es) para acompanhamento inicial da execução contratual e para permitir acesso às instalações, sem necessidade de capacitação técnica específica adicional.

13.4. Recursos materiais para implantação da solução

O presente processo **não necessita** de recursos materiais para viabilizar a implantação da solução, não sendo vislumbrada a necessidade, pois o recebimento e armazenamento dos materiais serão realizados utilizando a infraestrutura física e logística já existente na Organização Militar, como o almoxarifado, prateleiras, armários e sistemas internos de controle patrimonial e de estoque.

13.5. Recursos humanos para manutenção da solução

Não haverá necessidade de aquisição de recursos materiais adicionais por parte da Administração para viabilizar a implantação da solução.

A contratada será responsável por fornecer todos os insumos, equipamentos, ferramentas, produtos químicos, EPIs e demais materiais necessários à execução dos serviços, cabendo à Administração apenas disponibilizar acesso às áreas a serem tratadas.

13.6. Recursos materiais para manutenção da solução

Não será necessária a disponibilização de recursos materiais adicionais pela Administração para a manutenção da solução.

13.7. Recursos humanos para gestão e fiscalização da solução

O presente processo **não necessita** de capacitação de recursos humanos para viabilizar a gestão e fiscalização da solução, não sendo vislumbrada a necessidade, pois fiscalização contratual será conduzida por militares designados como gestores e fiscais de contrato, conforme previsto na legislação vigente, utilizando-se dos procedimentos e instrumentos administrativos já estabelecidos pela Ba Adm Ap/3ª RM para controle e acompanhamento de aquisições.

14. Possíveis impactos ambientais

O presente processo **não apresenta possibilidade** de ocorrência de impactos ambientais, não sendo necessárias medidas de gestão de impactos ambientais.

15. Declaração de viabilidade

A partir das informações levantadas neste Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento concluiu sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

A equipe verificou que todos os itens do Estudo Técnico Preliminar estão adequados e coerentes, avaliando que:

- a. a necessidade da Administração é clara e pertinente, e a solução escolhida é a mais adequada para atendê-la;
- b. a contratação da solução é necessária e oportuna;
- c. o objeto pode ser legalmente contratado; e
- d. os benefícios potenciais da contratação compensam os custos estimados para o contratante.

A equipe declara que a contratação é viável técnica e economicamente e propõe pelo prosseguimento da contratação com as demais etapas de planejamento da contratação, para elaboração do termo de referência, para subsequente elaboração do instrumento convocatório.

16. Restrição de acesso

As informações contidas neste Estudo Técnico Preliminar **não são classificadas como sigilosas**, nos termos da Lei Nr 12.527 de 18 de novembro de 2011.

17. Responsáveis

Porto Alegre/RS, na data da assinatura eletrônica.

ARTUR FERRONATTO FINATTO – 1º Ten
Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento

DARIO LEONARDO RIBEIRO MENEZES SILVEIRA - ST
Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento

KAUAN DA SILVA MACHADO - 3º SGT
Integrante Técnico da Equipe de Planejamento